EDITAL DE DISCRIMINAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA
PROCESSO Nº 18509/2017

Os Membros da Comissão Especial Permanente de Discriminatória - CEPD, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 9769, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pela Instrução Normativa nº 006, de 30 de Setembro de 2013, FAZEM SABER, aos que do presente Edital vierem a tomar conhecimento ou dele tiverem notícias, que está sendo requerida por **Maria de Lourdes Maciel Gonçalves**, brasileiro, casada, produtor rural, inscrito no RG Sob o nº 16257981 STPC-MG e no CPF sob o n.º 876.069.097-68, domiciliado no local denominado Córrego Alto Pancas, Distrito de Vila Verde, Município de Pancas, a legitimação de uma área de terras presumidamente devoluta localizada no Estado do Espírito Santo, com limites e demais características assim descritas: **UMA PROPRIEDADE RURAL MEDINDO 74228,14 m² (SETENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E VINTE E OITO METROS QUADRADOS E QUATORZE DECÍMETROS QUADRADOS) situada no lugar denominado Córrego Petronílio, de coordenadas UTM E: 302800 m; N: 7898000 m, fuso 24K, Datum SIRGAS2000, Distrito de Vila Verde, Município de Pancas/ES, limitando-se: a Norte com: Luiz Pessoa Filho; a Sul com Cloves José Prudencio; a Este com Luzia Antonia de Souza e a Oeste com Maria de Lourdes Maciel Gonçalves,** tudo conforme memorial descritivo georreferenciado no processo em epígrafe que se encontra à disposição dos interessados na Comissão Especial Permanente de Discriminatória localizada na Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, Ed. Trade Center - Centro. CEP: 29010-935 - Vitória/ES. E convida os confinantes ou quem se julgar prejudicado e ainda a quaisquer interessados no pedido de **aquisição de área por legitimação junto ao Estado do Espírito Santo**, a apresentar suas impugnações, embargos ou suscitações de dúvidas por escrito a esta Comissão, na sede desta Autarquia dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação do presente, findo o qual não serão mais aceitas impugnações, e a área será declarada devoluta, cumprindo os requisitos contidos na Lei 9.769, de 28 de dezembro de 2011, esta será regularizada em nome do requerente, caso contrário, havendo interesse, será feita a matrícula ou registro em nome do Estado do Espírito Santo. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado em jornal de circulação estadual, na sede do Escritório Local onde se situa o imóvel, na sede da Autarquia e no sítio eletrônico do IDAF (www.idaf.es.gov.br).

Vitória, 20/08/2020.